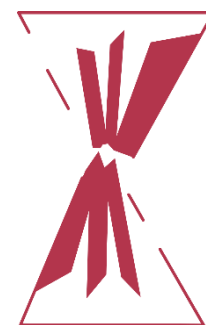


A Guerra Civil Grega (1943-1949): historiografia através da história

The Greek Civil War (1943-1949): Historiography through History



SOUZA, Felipe Alexandre Silva de*
 <https://orcid.org/0000-0001-6576-9011>

RESUMO: A Guerra Civil Grega (1943-1949) foi o choque armado entre a monarquia helênica, apoiada pela Grã-Bretanha e pelos EUA, e o movimento de guerrilha liderado pelo Partido Comunista Grego (KKE). Embora o conflito tenha se encerrado oficialmente em 1949, com a derrota dos comunistas, seus efeitos reverberariam pela Grécia durante o decorrer de todo o século XX. As dificuldades de reconciliação, as batalhas pela memória, as tensões e os corriqueiros episódios de repressão e violência, promovidos e/ou encorajados por sucessivos governos autoritários, dificultaram consideravelmente o empreendimento de avaliações críticas da guerra civil dentro da própria Grécia, enquanto no exterior o debate era em grande medida influenciado pelo contexto da Guerra Fria. Pretendemos fazer um balanço dos debates historiográficos acerca da guerra civil e mostrar como as principais correntes interpretativas — tradicionalismo, revisionismo, pós-revisionismo — sofreram injunções da situação política grega a partir de 1950 e da disputa bipolar entre EUA e URSS.
PALAVRAS-CHAVE: Guerra Civil Grega; Guerra Fria; Historiografia.

ABSTRACT: The Greek Civil War (1943-1949) was the armed clash between the Hellenic Monarchy, supported by Britain and the USA, and the guerrilla movement led by the Greek Communist Party (KKE). Although the conflict officially ended in 1949 with the Communists defeated, its effects echoed in Greece throughout the 20th Century. The hardships over reconciliation, the battles over memory, the tensions and customary acts of repression and violence, promoted and/or encouraged by successive authoritarian governments, made it notably difficult to critically evaluate the civil war inside Greece, while the debate worldwide was greatly influenced by the Cold War. We intend to review the main historiographic tendencies of Greek Civil War interpretation — traditionalist, revisionist, post-revisionist — and emphasize how the historiography was impacted by Greek political history from 1950 onwards and by the dispute between USA and USSR.

Keywords: Greek Civil War; Cold War; Historiography.

KEYWORDS: Greek Civil War; Cold War; Historiography.

*Recebido em: 12/03/2021
Aprovado em: 19/04/2021*

* Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (Unesp-FFC), Marília-SP, doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói-RJ. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: felipedesouza1988@gmail.com.



Introdução

No oitavo dia de maio de 1945, os Aliados acataram a rendição incondicional da Alemanha e a Segunda Guerra Mundial na Europa foi oficialmente encerrada. Depois disso, segundo a memória social europeia, o continente teria se estabilizado politicamente, renascido economicamente e se redimido moralmente — abandonando a repressão e a violência. De acordo com o otimismo da narrativa dominante, é como se o período subsequente ao Dia da Vitória fosse um marco zero que teria possibilitado um recomeço às gentes europeias (LOWE, 2017). Esse ponto de vista, ao tratar a Europa — constituída, como todo continente, de uma miríade de diversidades — como um bloco monolítico e ao dar um fim abrupto a um evento do porte e da complexidade da Segunda Guerra Mundial, escamoteia o fato de que em 1945 “[...] a Europa era um continente que vivia à sombra da morte da devastação.” (KERSHAW, 2016, p. 472) Entre 1945 e 1949, muitos europeus se viam às voltas com o caos e a violência legados pela guerra; Mark Mazower caracterizou esse período como *uma paz brutal*:

Como conflitos de tal intensidade poderiam se encerrar repentinamente em 1945? A rendição alemã é uma demarcação conveniente para historiadores, mas não é muito mais do que isso. De fato, é uma demarcação enganosa, porque sugere o fim de uma época e o início de outra. Na verdade, não houve um Ano Zero, [não houve] uma ruptura demarcada entre [uma] guerra quente e [uma] guerra fria [...]. (MAZOWER, 2000b, p. 213)

Para Lowe (2017), a Europa de 1945-1949 era um *continente selvagem*, assolado pela destruição da infraestrutura (transportes, comunicações e redes bancárias) e pelo colapso das instituições, pela fome, pela miséria e pelo alastramento de doenças, pela violência dos atos de vingança e dos rescaldos de ódios étnicos, pelas multidões de desalojados e despatriados que vagavam por terras calcinadas buscando voltar a lares que talvez não mais existissem. Kershaw (2016) lembra que o progresso e a estabilidade, que, grosso modo, caracterizaram a história política e econômica europeia na segunda metade do século XX, não eram de forma alguma previstos em 1945. Em parte, isso se deve ao fato de que, nos países ocupados pela Alemanha nazista (*e.g.* França, Ucrânia, Noruega, Grécia), a Segunda Guerra Mundial constituiu “[...] uma experiência *primordialmente* civil.” (JUDT, 2008, p. 27, grifo do autor) Nesses países, o combate militar teria sido predominante apenas no início e no final do conflito; durante a maior parte de seu decorrer, “[...] a guerra foi caracterizada pela ocupação, repressão, exploração e pelo extermínio, em que soldados, tropas de assalto e policiais dispunham das rotinas e das vidas de milhões de prisioneiros.” (JUDT, 2008, p. 27-28) O

estabelecimento de organizações de resistência às forças de ocupação, seu choque com os colaboracionistas e, em alguns casos, disputas e desentendimentos entre grupos de resistência rivais engendraram lutas civis que tiveram grande impacto no pós-guerra.

A Guerra Civil Grega foi emblemática. Emblemática dos conflitos civis que surgiram imbricados à Segunda Guerra Mundial e do *continente selvagem* que essa guerra legara. Uma vez que o conflito grego é pouco abordado nos estudos brasileiros de história contemporânea, é pertinente fazer uma recapitulação sintética do conflito e de seus antecedentes, a começar pelo momento em que os gregos foram acometidos pelos desdobramentos da Segunda Guerra Mundial. O governo helênico era chefiado pelo general Ioannis Metaxas, um ditador que recebera apoio de George II, Rei dos Helenos, ao galgar o cargo de primeiro-ministro com o objetivo de suprimir as atividades do Partido Comunista da Grécia (*Kommounistikó Kómma Elládas* — KKE). Embora vários aspectos de seu governo se assemelhassem ao fascismo italiano, Metaxas se mantinha neutro na guerra, e via com apreensão os movimentos do Eixo nos Balcãs desde que o exército italiano ocupara a Albânia em abril de 1939. No dia 28 de outubro de 1940, Emanuele Grazzi, ministro italiano em Atenas, exigiu que Metaxas permitisse a livre passagem de soldados italianos por território grego, parte do qual seria ocupado no avanço ao Mediterrâneo Oriental a fim de atacar as posições britânicas na região. O *Oxi* — *Não* — do ditador fez com que os gregos adentrassem a guerra ao lado da Grã-Bretanha (BEEVOR, 2008).

Embora inicialmente as forças italianas tenham sido repelidas, em abril de 1941 a Grécia foi ocupada por tropas alemãs, búlgaras e italianas. A *Wehrmacht* adentrou Atenas ao dia 27. Enquanto operativos militares britânicos empreendiam a retirada do rei George II e de um pequeno gabinete de ministros do território nacional, articulavam-se nas montanhas movimentos para fazer frente à ocupação. A nove de setembro de 1941, oficiais republicanos de centro fundaram a Liga Nacional Republicana Grega (EDES: *Ethnikós Dimokratikós Ellinikós Sýndesmos*). Alguns dias depois, a 27 de setembro, o Partido Comunista (KKE) lideraria a fundação da Frente de Libertação Nacional (EAM: *Ethnikó Apeleftherotikó Métopo*), que a 22 de maio de 1942 estabeleceria sua ala armada, o Exército de Libertação do Povo Grego (ELAS: *Ellinikós Laikós Apeleftherotikós Stratós*). Devido à experiência acumulada do KKE em operar na clandestinidade, as organizações EAM/ELAS não demoraram a ultrapassar a EDES e se estabeleceram como os maiores e mais poderosos movimentos de resistência.

Durante a luta contra a ocupação, animosidades nasceram entre a EDES e as organizações EAM/ELAS, na medida em que ambas buscavam a hegemonia na resistência e competiam pela libertação e subsequente controle de territórios, em meio a

acusações mútuas de colaboracionismo e desconfiança quanto aos interesses de longo prazo de uma e outra. Em 1943, as duas organizações entraram em conflito armado. Grosso modo, o núcleo comunista que liderava a EAM temia que a EDES (a despeito da autodenominação republicana) apoiasse o retorno da monarquia autoritária; os homens da EDES, por sua vez, acreditavam que o KKE utilizaria a força do ELAS para impor uma ditadura comunista quando a ocupação fosse encerrada. Pesquisadores de diferentes perspectivas consideram o choque entre EDES e EAM/ELAS o início da guerra civil grega, que teria se desenrolado em três etapas clivadas por períodos de ausência de choques abertos.¹

A primeira fase, iniciada em 12 de outubro de 1943, é caracterizada fundamentalmente pelos conflitos entre as organizações EAM/ELAS e EDES, e se encerra a 29 de fevereiro de 1944, quando as duas organizações assinam o Acordo de Plaka e suspendem as hostilidades. O cessar fogo foi concretizado com a mediação de agentes da Executiva de Operações Especiais da Grã-Bretanha (*Special Operations Executive — SOE*), que se encontravam em solo grego para auxiliar e articular as operações de guerrilha com o intuito de causar o máximo possível de danos às forças de ocupação. Paralelamente, o *Foreign Office* britânico (secretaria de relações exteriores), em conduta apoiada pelo primeiro-ministro conservador Winston Churchill, fornecia apoio político à monarquia helênica no exílio.

Em outubro de 1944, os invasores batem em retirada. Na esteira da libertação, o governo grego constituído em exílio — em torno do rei George II e do primeiro-ministro Georgios Papandreou — retorna à Grécia, apoiado política e militarmente por Churchill. No dia 3 de dezembro daquele ano, a polícia grega entra em conflito com membros e simpatizantes da EAM que se manifestavam em Atenas contra um decreto governamental de desarmamento das organizações de resistência. Abre-se a segunda fase do conflito, na qual se digladiam as organizações EAM/ELAS e o Governo de

¹ Cf., a título de exemplo, Woodhouse (2013) e Gerolymatos (2016). É necessário registrar que o conceito de três fases da guerra civil grega, que adotamos em nossas reflexões, não é unânime. De modo geral, o debate público tende a considerar guerra civil apenas o período 1946-1949, enquanto os ocorridos entre 1943 e 1945 são interpretados fundamentalmente como efeitos da Segunda Guerra Mundial que acabaram por criar o contexto para o conflito civil de 1946. Essa perspectiva também é encontrada na academia (*e.g.* Close, 1995). Ademais, o conceito de três fases apresenta problemas, dentre os quais um dos mais graves talvez seja certa incidência na teleologia retrospectiva. Segundo Mazower (2000a), interpretar os choques entre EDES e as organizações EAM/ELAS no momento da ocupação e a *Dekemvriana* como estágios do mesmo conflito pode sugerir, ainda que implicitamente, uma ideia de *fatalidade*, como se cada episódio necessariamente concatenasse o seguinte em uma linha reta sem possibilidades alternativas. Embora esse risco de fato exista, a pertinência da ideia de três estágios a nosso ver supera suas inconveniências. Considerar a guerra civil no recorte de 1943 a 1949 (adotando, portanto, a tese das três fases) permite maior ênfase às complexidades do conflito — os choques entre organizações de resistência, a intervenção ostensiva britânica em 1944/1945, o processo de reorganização dos quadros do ELAS no DSE —, ao passo que, em certa medida, estabelecer o marco inicial em 1946 poderia elidir essas questões.

Unidade Nacional grego. Embora o desencadeador imediato do conflito tenha sido a questão da desmobilização da guerrilha, suas causas mais profundas se relacionavam às suspeitas, por parte da EAM, de que o novo governo estabeleceria uma ditadura de direita. Da parte do governo, temia-se que os comunistas tentassem promover uma revolução violenta. As tropas britânicas intervieram em defesa do governo heleno, e o combate se encerrou a 12 de fevereiro de 1945, quando a EAM reconheceu a derrota no Acordo de Varkiza; esse estágio da guerra civil é conhecido como a *Dekemvriana* (os *eventos de dezembro*, em grego).

Em março de 1946, depois de mais de um ano de perseguição de esquerdistas por parte de grupos de extrema direita com a anuência — tácita ou explícita — do governo, ex-membros do ELAS se reorganizaram no Exército Democrático Grego (DSE: *Dimokratikós Stratós Elládas*), e, no último dia do mês, atacaram uma delegacia de polícia na vila de Litochoro, matando os policiais em plantão e iniciando a terceira fase da guerra civil. Em março de 1947, o governo britânico do primeiro-ministro trabalhista Clement Attlee anuncia que a Grã-Bretanha não teria mais condições financeiras de apoiar o governo grego. Ao décimo segundo dia daquele mês é proclamada a Doutrina Truman, a ser empreendida pelo presidente americano Harry S. Truman, comprometendo os Estados Unidos da América a ocupar o espaço que seria deixado pelos britânicos. A 16 de outubro de 1949, a Rádio Grécia Livre, administrada pelo KKE, anuncia a rendição do DSE, encerrando a guerra civil.

John Sakkas (sd), entre outros, pontua que ao longo da segunda metade do século XX e do início do século XXI, estabeleceram-se três vertentes principais de interpretação da Guerra Civil Grega: a *ortodoxa* ou *tradicionalista*, iniciada no final da década de 1940; a *revisionista*, que surge no início dos anos 1950 e toma força nos anos 1970; finalmente, no final do século XX toma corpo uma profusão de trabalhos muito diversos entre si, comumente denominados *pós-revisionistas*. Pretendemos, neste artigo, fazer um balanço dessas linhas historiográficas, refletindo a respeito de como o pós-guerra grego e a Guerra Fria, no plano internacional, impactaram as discussões sobre o conflito civil dos anos 1940.

A vertente *tradicionalista*

O chamado tradicionalismo foi inaugurado por Christopher Woodhouse, estudioso britânico da Antiguidade Clássica que, na Segunda Guerra Mundial, ingressara nas forças armadas de seu país, tornando-se membro da SOE e chefe de uma missão militar na Grécia entre 1943 e 1944. Em 1948, antes do encerramento da guerra civil, Woodhouse publicou *Apple of discord*, a primeira análise de fôlego sobre o conflito. Em 1976, o autor

retomaria as teses de seu primeiro livro, de forma ampliada e mais profunda, em *The Struggle for Greece* (2002).

Woodhouse (2002, p. 50-53 e 345-350) considera positivamente as intervenções britânica e americana na Grécia; sem elas, talvez o país helênico tivesse passado por destruição e sofrimento prolongados. Em sua perspectiva, os líderes do KKE, que tinham preeminência sobre as organizações EAM/ELAS, consideravam a luta contra a ocupação uma tarefa apenas secundária. Sem deixar de considerar o esforço contra as forças do Eixo e os empreendimentos positivos realizados pelos comunistas nas áreas libertadas (*e.g.* o estabelecimento de redes de auxílio social, a implantação do voto feminino e de programas educacionais para populações até aquele momento assoladas pelo pauperismo), o autor afirma que a prioridade da EAM seria utilizar a força da frente antifascista para tomar o poder e estabelecer uma ditadura nos moldes bolcheviques, colocando a Grécia sob a esfera soviética. Dessa forma, a agressividade para com a EDES deprenderia da necessidade de eliminar grupos resistentes rivais que pudessem se opor ao projeto em longo prazo dos comunistas.

A tese da positividade das interferências vindas de Londres fica clara quando Woodhouse contextualiza a longa duração da “[...] doutrina da supremacia britânica no Mediterrâneo [...]” (WOODHOUSE, 2002, p. 348), dentro da qual os formuladores de políticas britânicos pensavam a Grécia. Por conta desse quadro estratégico que visava garantir a segurança e a continuidade do Império Britânico,

Até 1947, o governo britânico, com escassa preocupação a respeito de formalidades constitucionais, apontava e dispensava primeiros-ministros gregos. Experts britânicos ditavam a política econômica e financeira, a política exterior e de defesa, a política jurídica e de segurança e as políticas trabalhistas [da Grécia]. (WOODHOUSE, 2013, p. 349)

No entanto, assegura o autor que o poder britânico, “[...] embora nem sempre sábio [...]” (WOODHOUSE, 2002, p. 349), sempre era utilizado “[...] de forma benevolente [...]” (WOODHOUSE, 2013, p. 349). Fica claro, portanto, que a Grã-Bretanha intervinha na Grécia, em parte, para proteger seus interesses imperiais em larga escala. Todavia, para Woodhouse, essa intervenção seria fundamentalmente bem-intencionada e benéfica. Essa argumentação adquire sentido diante de sua avaliação dos líderes comunistas das organizações EAM/ELAS: “Eles [os comunistas gregos] queriam, segundo eles próprios, destruir um sistema social, não um país ou um estado. Eles consideravam necessário esmagar as bases [da sociedade], mesmo que para isso a brutalidade e a falta de escrúpulos fossem necessárias.” (WOODHOUSE, 2002, p. 53)

A obra de Woodhouse é uma mescla de trabalho historiográfico, elaborado a partir da análise rigorosa de fontes, principalmente britânicas, e texto memorialístico, uma vez que o pesquisador participou ativamente de boa parte dos eventos abordados, tendo circulado entre as lideranças da EDES e das organizações EAM/ELAS. Sua interpretação foi a mais aceita entre os pesquisadores durante as décadas de 1950 e 1960, influenciando trabalhos em perspectiva similar. Dentre esses, vale a pena destacar a pesquisa de George Kosoulas sobre a história do KKE, publicada em 1965. Analisando o partido desde a sua fundação até o encerramento da guerra civil, esse autor afirma que a organização teria passado por um processo de bolchevização nos anos 1920, quando ocorreu sua filiação à III Internacional, o que teria fornecido as bases ideológicas para um projeto revolucionário a ser implantado na Grécia. Os homens do KKE teriam tentado tomar o poder em três ocasiões — cada uma tendo como resultado o desencadeamento de uma fase da guerra civil —, mas esses empreendimentos teriam sido frustrados pelos britânicos e, indiretamente, pela falta de apoio do próprio Stálin (KOSOULAS, 1965, p. 2-30).

A ampla aceitação da interpretação inaugurada por Woodhouse não se devia apenas à inegável qualidade de seu trabalho e das obras de muitos de seus sucessores, mas também ao contexto da época. O tradicionalismo imputava às organizações EAM/ELAS, de forma geral, e ao KKE, em particular, a reponsabilidade pela guerra civil e pelo sofrimento infligido ao povo heleno. Em contrapartida, o governo grego e seus apoiadores britânicos e americanos teriam desempenhado papel primordialmente reativo, buscando conter e neutralizar os impulsos autoritários dos comunistas. Em plena Guerra Fria, essa perspectiva era, de modo geral, agradável aos círculos conservadores e dominantes do bloco ocidental, do qual a Grécia, membro da OTAN desde 1952, fazia parte.

Na própria Grécia, era ínfimo o espaço para a circulação de argumentos opostos ao tradicionalismo. Derrotada a guerrilha em 1949, cerca de 60 mil guerrilheiros se exilaram nos países do bloco soviético; e o governo centrista do primeiro-ministro Nikolaos Plastiras, buscando construir uma base ampla de apoio, empreendeu tímidas tentativas de reconciliação nacional, baseadas no slogan *esquecimento e anistia*: a lei marcial foi suspensa, penas de morte foram comutadas e prisioneiros políticos foram libertados. Essa relativa boa vontade não durou: em 1952, o partido de direita Reagrupamento Grego (*Ellīnikòs Synagermós* — ES), liderado pelo marechal de campo Alexandros Papagos, venceu as eleições. Instaurou-se um governo militarizado e autoritário, pautado por um anticomunismo ferrenho transformado em ideologia oficial de Estado e empenhado na cassação e perseguição de militantes e ex-militantes,

considerados inimigos internos (CLOGG, 2017). Essa política teria continuidade com Konstantinos Karamanlis, líder da União Nacional Radical (*Ethnikí Rizospastikí Énōsis* — ERE) e sucessor de Papagos a partir de 1955. É significativo o fato de que naquela época o conflito fosse comumente designado não pela expressão *guerra civil*, mas por *symmoritopólemos* — *guerra de bandidos*, termo que remeteria não apenas a uma insurreição fracassada, mas a uma ação de criminosos (as organizações EAM/ELAS) (SIANI-DAVIES; KATSIKAS, 2009).

O clima instaurado pelos governos de Papagos e Karamanlis está diretamente relacionado ao fato de que a maioria dos pesquisadores que citaremos desenvolveram suas reflexões e carreiras fora da Grécia. Embora até a segunda metade da década de 1960 a Grécia fosse oficialmente uma democracia parlamentar, David Close (2002) pertinentemente descreve a realidade do regime como *democracia controlada*. As forças armadas e a polícia empregavam milhares de espões e grupos ilegais de justicamento — constituindo uma rede não-oficial, de legalidade duvidosa, que viria a ser conhecida como “estado das sombras”, “para-estado” ou, em grego, *parakratos*. O alcance e a força do *parakratos* se tornariam evidentes durante as eleições legislativas de 1961, quando o partido União de Centro (*Enosis Kentrou* — EK), de oposição, foi derrotado. Grupos vigilantes e milícias de vilarejo operavam em diversas regiões, fraudando cédulas e urnas e forçando eleitores, por intermédio de ameaças e agressões, a votarem no ERE de Karamanlis. O meio acadêmico não ficou imune ao estado precário da democracia grega; discussões rigorosas e livres foram uma impossibilidade nas instituições de ensino superior helênicas até a segunda metade da década de 1970.

A vertente *revisionista*

Em 1952, enquanto a visão ortodoxa/tradicionista se consolidava, Leften Stavrianos publicou *Greece: american dilemma and opportunity*. Tal como Woodhouse, Stavrianos oferece uma história geral da guerra civil grega levando em conta as questões internacionais; entretanto, a perspectiva é divergente. A crise grega teria sido causada não pelo movimento comunista, mas pela violência perpetrada por grupos de direita, muitos dos quais compunham o Governo de Unidade Nacional apoiado pela Grã-Bretanha. Dessa forma, as direitas gregas e os britânicos deveriam ser responsabilizados pela guerra civil, ao passo que os sujeitos das organizações EAM/ELAS, acuados, teriam sido obrigados a pegarem em armas. As ações dos guerrilheiros teriam sido fundamentalmente reativas, motivadas pela necessidade de sobrevivência diante das injunções exercidas pelos seus oponentes ideológicos apoiados por potências estrangeiras (STAVRIANOS, 1952, p. 26-41).

Stavrianos menciona Woodhouse em diversas ocasiões, destacando o papel que o tradicionalista pioneiro desempenhou como militar na guerra civil grega. Sua descrição não é lisonjeira e deixa implícito que Woodhouse estaria longe de ser um analista objetivo:

Woodhouse [...] era um jovem aristocrata com altas conexões sociais, um típico produto das escolas públicas britânicas² — suave, elegante, estudara os clássicos, um conversador brilhante. Em Oxford, era conhecido por seus pontos de vista fortemente direitistas. Na Grécia ele atuou mais a partir de convicções políticas do que considerando questões militares. Ele viu na EAM o mais perigoso inimigo de seu país [a Grã-Bretanha]. (STAVRIANOS, 1952, p. 92).

A análise de Stavrianos a respeito da guerrilha comunista diverge em muito das considerações de Woodhouse. Para Stavrianos, por exemplo, as ações dos guerrilheiros melhoraram as condições de vida das áreas em seu poder, o que teria gerado uma construção de legitimidade popular. A conduta das organizações EAM-ELAS estaria em consonância com as aspirações do povo:

A EAM começou como uma organização de resistência, mas, inevitavelmente, no curso da resistência, efetuou uma revolução política e social. Isso ocorreu nas mentes do povo. [...] Durante os anos da ocupação, eles [o povo] perceberam quem estava pronto para liderá-los contra os alemães [...]. Não é difícil imaginar o que se passava na mente de um camponês depois que ele tenha servido por um ano ou dois em uma corte popular ou em algum comitê de vila [organizado pela guerrilha]. Ele deixaria de se manter submisso perante juizes e políticos locais. [...] Em vez disso, ele passaria a vê-los como parte da velha ordem que ele estava determinado a derrubar. (STAVRIANOS, 1952, p. 89-90)

Além disso, Stavrianos examina a interferência britânica de forma mais detalhada. Em sua análise, não há benevolências e boas intenções, apenas os frios cálculos de conjuntura e considerações imperiais de longa duração:

A Grécia está imbricada no Mediterrâneo oriental. [...] E a estratégia para o Mediterrâneo Oriental é a estratégia do Império Britânico [...]. No Mediterrâneo Oriental está o Canal de Suez, a veia jugular do Império. Lá estão os campos de algodão do Egito e as vastas reservas de petróleo do Iraque, do Irã e da Arábia. O Mediterrâneo Oriental era também uma tradicional área de tensões entre a Rússia e a Grã-Bretanha. (STAVRIANOS, 1952, p. 92-93)

Manter uma Grécia amigável era necessário para que a hegemonia do Império Britânico no Mediterrâneo permanecesse intacta. Stavrianos é o precursor da corrente que, por contraposição às interpretações abertas por Woodhouse, é considerada

² Note-se que, apesar do nome, as escolas públicas britânicas eram privadas, caras e altamente elitistas.

revisionista. Elemento fundamental do revisionismo é a reavaliação negativa das intervenções britânica e americana. Em contrapartida, as organizações EAM/ELAS e a liderança do KKE tendiam a ser vistas como legítimas, atentas às aspirações da maioria explorada e miserável pelos gregos. Sua aspiração seria nada mais do que uma Grécia verdadeiramente independente. Em grande medida, esses anseios teriam sido destruídos pela insistência britânica a apoiar elementos reacionários que acatariam as necessidades estratégicas de Londres. Dentre os pesquisadores dessa linha, vale mencionar Heinz Richter (1987, p.179-188) e seu estudo da documentação do KKE. Mesmo considerando as lacunas próprias das fontes, Richter argumenta que os registros indicam de forma consistente que os comunistas não planejavam tomar o poder à força. Destaca-se, porém, que as melhores pesquisas não eximem os comunistas de críticas, como podemos constatar no próprio Stavrianos e na pesquisa de John Iatrides (1972, p. 3-57) sobre a *Dekemvriana* (a segunda fase da guerra civil), na qual as responsabilidades são distribuídas entre os britânicos, as organizações EAM/ELAS e o Governo de Unidade Nacional grego.

A conjuntura internacional das décadas de 1960 e 1970 contribuiu para um crescente interesse pelo revisionismo. A intervenção militar dos EUA no Vietnã, muito questionada principalmente a partir de 1968, acabou por ecoar, em muitos intelectuais, as ações britânicas e americanas na Grécia (MAZOWER, 1995). Tome-se, por exemplo, o ensaio de Todd Gitlin, publicado em 1969, abordando principalmente as ações britânicas e americanas no país helênico em 1947. A correlação é explícita: “A Grécia foi o Vietnã da década de 1940 num sentido mais do que metafórico. Foi o primeiro grande campo de batalha da repressão anticomunista.” (GITLIN, 1969, p. 168).

Em 1967, enquanto a história grega era debatida na Europa Ocidental e na América do Norte, um golpe de estado em Atenas alçou ao poder a *troika* dos coronéis Giorgios Papadopoulos e Nikolaos Makarezos e do brigadeiro Stylianos Pattakos. A *Revolução de 21 de Abril* — como seus perpetradores denominavam o golpe — inaugurou uma ditadura justificada pela necessidade de conter o avanço do comunismo e defender os valores heleno-cristãos frente à decadência da modernidade ocidental. O regime militar caiu em 1974, quando o governo grego, então chefiado pelo brigadeiro Dimitrios Ioannidis, se lançou diante de uma tentativa de depor o presidente do Chipre, o arcebispo Makarios III. A interferência motivou a entrada do exército turco em território cipriota, a fim de neutralizar avanços gregos naquele país que há muito era objeto de disputa entre Atenas e Ancara. O fracasso da aventura de Ioannidis foi o golpe final para a dissolução da já combalida ditadura dos coronéis (CLOGG, 2017). A reabertura política criou o ambiente propício para que gestos de conciliação fossem empreendidos de forma

consistente; e a guerra civil finalmente passou a ser discutida de forma mais aberta em meio à sociedade grega. A conjuntura aberta pela queda dos coronéis, somada à abertura de arquivos até então inacessíveis a pesquisadores, contribuiu para a multiplicação de pesquisas acadêmicas nas instituições de ensino superior helênicas. Não demoraria para que o volume crescente de produções revisionistas tornasse essa corrente hegemônica (SAKKAS, sd).

O recuo do autoritarismo anticomunista que corroía a política helena desde os anos 1950, o crescente protagonismo de atores políticos mais progressistas e a reavaliação pública da guerra civil tornaram possível perceber, no início da década de 1980, a construção de uma nova memória do conflito. Nas eleições legislativas de 1981, a campanha vitoriosa do Movimento Socialista Pan-Helênico (*Panellenio Sosialistiko Kinema* — PASOK) reivindicou a herança das tradições e os valores da EAM. Quando o PASOK assumiu o poder, sob liderança de Andreas Papandreou, permitiu a repatriação dos refugiados políticos da guerra civil e concedeu pensões a veteranos da resistência inválidos e funcionários que haviam sido demitidos em expurgos políticos do serviço público. A nova memória, ao apresentar as organizações EAM-ELAS reabilitadas e idealizadas como protagonistas patrióticas dos heroicos dias de resistência contra a dominação estrangeira, tinha clara afinidade com a interpretação revisionista, que por isso extrapolou a recém conquistada preeminência no campo acadêmico grego e emplacou suas teses no debate público. Isso fica evidente na forte reação negativa causada na Grécia pela publicação, em 1983, de *Eleni*, livro autobiográfico do jornalista greco-americano Nicholas Gage a respeito da execução de sua mãe por homens do ELAS, por tentar impedir que crianças de sua vila fossem sequestradas pelos guerrilheiros (SAKKAS, sd). Por outro lado, no ano anterior, a emissora televisiva estatal ERT exibira com boa aceitação o documentário *Memória dos anos 40 (Mnimi '40)*, que defendia, sem qualquer nuance, as posições revisionistas. Segundo Richard Clogg (2018), a embaixada britânica em Atenas chegou a registrar protesto formal diante da narrativa do documentário, que elevava a Grã-Bretanha ao posto de pior inimigo da Grécia durante a guerra — superando os nazistas — e afirmava que os britânicos teriam utilizado o país helênico como isca em uma tentativa de causar um choque entre Alemanha e URSS.

O pós-revisionismo

O encerramento da década de 1980 e o início dos 1990 trouxeram não apenas desmonte da União Soviética, mas também o arrefecimento das paixões políticas na Grécia (SAKKAS, sd). Marco significativo dos novos ares foi a decisão do primeiro-ministro Tzannis Tzannetakis de retirar dos documentos governamentais o termo

symmoritopólemos/guerra de bandidos e substituí-lo pelo neutro *emfýlios pólemos* — guerra civil (SIANI-DAVIES; KATSIKAS, 2009). Por sorte se multiplicaram, no final do século XX, abordagens menos militantes, menos taxativas, menos influenciadas pela atmosfera da Guerra Fria. Afastando-se das questões acerca das forças políticas que deveriam ser responsabilizadas pela guerra civil, as novas pesquisas priorizavam novos ângulos e diversificavam as fontes e as metodologias (SAKKAS, sd).

Uma nova geração de pesquisadores, utilizando uma abordagem interdisciplinar e diferentes prioridades de pesquisa, utilizaram estudos locais, história oral e métodos antropológicos em conjunto a formas mais convencionais de história política e social para abordar questões ignoradas pelos pesquisadores mais antigos. Como as pessoas respondem à repressão? Por que elas escolhem participar da resistência ou das unidades colaboracionistas? Que formas de poder emergem sob um estado enfraquecido? Em que medida os grupos étnicos reagem de forma politicamente coerente à conjuntura da guerra civil? (SAKKAS, sd, p. 6)

O volume editado por Mark Mazower, *After the war was over*, publicado em 2000, oferece uma variedade de pesquisas ilustrativas da nova onda de estudos. Dentre os temas abordados, encontramos a execução de colaboracionistas pelas organizações EAM/ELAS na Grécia setentrional; as memórias da ocupação búlgara na Macedônia; as memórias da comunidade judaica de Salônica; as celebrações nacionalistas; os efeitos psicológicos e mnemônicos nos refugiados que se encontravam separados de suas famílias. Fica claro, pela diversidade de temas, recortes, perspectivas, metodologia e fontes, que os trabalhos que surgiam a partir de fins do século XX não constituem, em comparação ao tradicionalismo e ao revisionismo, um *corpus* propriamente homogêneo. No entanto, de forma geral, eles têm em comum uma postura distinta das argumentações tradicionalistas e revisionistas. Tomemos como exemplo, na coletânea de Mazower, o artigo de Stathis Kalyvas sobre o chamado *terror vermelho*³, cujo objetivo do autor é problematizar a noção revisionista segundo a qual apenas os esquerdistas teriam sido vítimas de violência.

A emergência e a dominação de tal visão não surpreende. Por um lado, a derrota em uma guerra civil tende a ser total; logo, apoiadores do lado derrotado sofrem de forma desproporcional. De fato, a maior parte das descrições da violência sofrida pelos apoiadores da Esquerda foca no período imediatamente posterior ao fim da ocupação — geralmente descrito como o período do “terror branco” (1945-1947), ou na fase final da guerra civil (1947-1949) e suas consequências. Por outro lado, referências ao terror da esquerda, tão abundantes como vagos, tornaram-se uma arma no arsenal ideológico da direita grega. O colapso, em 1974, da hegemonia ideológica da direita apagou todas as referências ao terror

³ *Terror vermelho* é como se denominam, em seu conjunto, os atos de violência (execuções, sequestros, requisições forçadas de bens, extorsões, roubos e ameaças) praticados pelos homens da EAM durante a ocupação nazista.

da esquerda. A pesquisa histórica acadêmica tem sido marcada pela tendência a minimizar o terror esquerdista de uma variedade de maneiras sutis e implícitas — incluindo a escolha de um vocabulário tendencioso. Riki van Boeschoten, por exemplo, chama a violência da EAM de “violência revolucionária” e a violência da direita de “terrorismo”. Ademais, as raras referências ao terror esquerdista são tipicamente seguidas de explicações que se apressam a caracterizá-lo como limitado, insignificante ou casos de exceção. (KALYVAS, 2000, p. 143)

Baseado em coletas de história oral, memórias e outros tipos de evidências, Kalyvas defende que, na região examinada (o nordeste do Peloponeso), a violência e a intimidação, inclusive a prática de assassinatos, se tornaram um processo contínuo, planejado e centralizado pela EAM, que buscava o terror para atingir seus objetivos. Tão importante quanto a conclusão específica de sua pesquisa, é a seguinte afirmação do autor:

Minha meta não é contribuir para um debate partidário e sem sentido sobre crueldade comparada: é claro que todos os lados fizeram uso do terror. [...] [Mas] o foco no terror vermelho é necessário por duas razões: primeiramente, para equilibrar as perspectivas, e em segundo lugar, porque a exploração completa da natureza da violência durante a guerra civil grega requer uma análise comparativa dos usos do terror por todos os atores políticos. Embora nossa compreensão da violência direitista, especialmente durante a ocupação, seja amparada por pesquisas recentes, o mesmo não pode ser dito a respeito da violência esquerdista. (KALYVAS, 2000, p. 143)

As pesquisas do final do século XX e do início do século XXI eram caracterizadas pela rejeição do maniqueísmo e do impulso de defender um ou outro lado; posicionamentos muito comuns ao tradicionalismo e ao revisionismo, ainda que ambas as vertentes apresentem pesquisas rigorosas. Em outra ocasião, Kalyvas e Nikos Marantzidis, discutindo as novas tendências de estudo, sintetizaram da seguinte forma as suas contribuições:

[...] a resistência [contra o Eixo] e a guerra civil não foram eventos autocontidos e apartados, mas coexistentes um com o outro; de fato, a resistência foi uma forma de guerra civil que incorporou as rupturas internas da sociedade grega. A guerra civil não foi apenas um conflito entre dois campos ideológicos bem definidos e entrincheirados, [tampouco] uma guerra entre o Bem (EAM/ELAS) e o Mal (a Direita); terror e violência não eram um privilégio de um único grupo, e a coerção era um fator importante, dentre outros, na construção do apoio à EAM. Pesquisas históricas devem evitar esquemas interpretativos de larga escala que não sejam amparados por amplas e detalhadas evidências; o foco nas elites e na intervenção externa diz pouco a respeito da política a nível das massas; a partir do pós-guerra a crise na Grécia foi antes de tudo uma questão doméstica, [e] a prioridade deveria residir em estudos locais baseados em ampla pesquisa de campo e nos arquivos locais. (KALYVAS; MARANTZIDIS, apud SAKKAS, sd, p. 7)

Observe-se que os novos estudos tendiam, ostensivamente, a criar mais atritos com os lugares comuns revisionistas do que com a ortodoxia; isso não é de se espantar, dada a hegemonia revisionista dos anos 1980 e 1990. Nesse sentido, além de Kalyvas, vale

a pena citar latrides, cujos trabalhos dos anos 1970 mencionamos anteriormente como exemplo de revisionismo. Em artigo publicado em 2005, embasado em documentos recém disponibilizados e aproximando-se dos pós-revisionistas, latrides pondera:

À luz das evidências, é razoável concluir que nos anos 1940 o KKE foi um partido genuinamente revolucionário, determinado a tomar o poder na primeira oportunidade, de preferência por meios políticos, mas pela força armada se necessário. Em retrospecto, seria ingênuo esperar outra coisa de um partido estalinista, como era o KKE desde os anos 1930, especialmente quando desdobramentos domésticos e internacionais, na Europa oriental e alhures, incluindo o rápido avanço das forças soviéticas, pareciam abrir o caminho para uma vitória comunista. Em vez da via do compromisso e da coalizão que os partidos comunistas francês e italiano buscaram brevemente depois da guerra, o KKE provavelmente optaria pelo modelo tchecoslovaco. (LATRIDES, 2005, p. 19)

A despeito das colisões evidentes com os revisionistas — não à toa os estudiosos ligados à esquerda foram os mais vocais críticos de tais pesquisas, acusando-as de despolitizar a guerra civil (SAKKAS, sd) —, esses novos estudos, por vezes, pareciam resgatar antigas teses tradicionalistas. Mas de fato não se tratava de um retorno às interpretações tradicionais/ortodoxas. A apreciação crítica dos planos, estratégias e ações das organizações EAM/ELAS de forma alguma implicavam em reabilitações das forças de direita e tampouco da intervenção das potências estrangeiras. Isso fica claro, por exemplo, em David Close (2002), que destaca o *terror branco* — uma *vendeta da direita* — cometido contra esquerdistas em 1945 e 1946 pelas forças policiais gregas diretamente financiadas e treinadas pela Grã-Bretanha. Segundo Close (2002, p. 16-43), essa onda de violência, prisões arbitrárias, perseguições, torturas e assassinatos, praticada por agentes da lei, com auxílio de gangues criminosas e organizações de extrema-direita, teria contribuído para a escalada que resultou no embate de 1946. A tendência a evitar interpretações binárias torna pertinente a forma como a nova onda de estudos passou a ser conhecida em seu conjunto, a despeito de numerosas diferenças no tocante a temas, abordagens, metodologias e fontes: pós-revisionismo (SAKKAS, sd).

Nos últimos anos, a maioria das pesquisas a respeito da guerra civil tem levado em conta as propostas do pós-revisionismo, mesmo em trabalhos nos quais posturas pós-revisionistas não são explicitamente reivindicadas. Sendo assim, destaquemos três autores cujas perspectivas se caracterizam por uma avaliação não maniqueísta da participação das potências na guerra.

John Sakkas, em *Britain and the Greek Civil* (2013), traz uma visão sofisticada da intervenção britânica no conflito grego, examinando o impacto que a política para a Grécia teve em diversas instâncias da população britânica — imprensa, organizações sindicais e partidos de oposição. A principal qualidade da pesquisa de Sakkas, em relação

às tendências tradicionalistas e revisionistas, é a ênfase no fato de que a Grã-Bretanha não é um bloco monolítico que opera simplesmente como mantenedor da liberdade (na visão tradicionalista), ou como vetor imperialista (na interpretação revisionista). Ao contrário, o autor indica que a intervenção na Grécia foi um processo complexo e contraditório, parte integrante de intrincadas lutas políticas que se desenrolavam em várias dimensões, nas quais colidiam diferentes percepções do que deveria ser a política externa de Londres e o que ela deveria defender.

Loukianos Hassiotis, no artigo *The Dekemvriana through the eyes of British soldiers* (2015), também traz as complexidades das percepções dos britânicos em relação à forma como seu governo agia na Grécia. Analisando correspondências e textos memorialísticos, Hassiotis mostra como os soldados britânicos que lutavam contra às organizações EAM/ELAS expressavam visões contraditórias em relação às ações que empreendiam em solo grego. Se, por um lado, os registros indicam que parte dos combatentes era favorável à política do governo e hostis aos membros do Parlamento que criticavam a intervenção, por outro, fica claro que um número considerável de integrantes do exército interpretava a guerra de forma ambígua. Não eram raros casos de soldados claramente críticos às ordens que eram obrigados a seguir.

André Gerolymatos, em *An international civil war* (2016), faz uma narrativa geral da Guerra Civil Grega, primando pela história política e militar e analisando como o conflito na Grécia se entrelaçava ao declínio do Império Britânico e ao advento da Guerra Fria. Quando se refere às ações do Reino Unido, Gerolymatos enfatiza as contradições entre duas agências britânicas: a SOE, que auxiliava os movimentos de guerrilha, incluindo as organizações EAM/ELAS, com vistas a causar o máximo possível de danos às forças do Eixo; e o FO, que seguia as diretrizes de Churchill e apoiava George II Rei dos Helenos com o objetivo em longo prazo de assegurar um governo grego amigável que se incorporasse às necessidades estratégicas de Londres no Mediterrâneo.

Considerações finais

Em síntese, podemos dizer que, embora as vertentes tradicionalistas e revisionistas tendam a chegar a conclusões distintas, ambas primam fundamentalmente por uma história de caráter político e diplomático, e apresentam foco, fontes e métodos muito semelhantes. Os escopos de análise normalmente são colocados nos centros de decisão governamental de Atenas, Londres, Moscou e Washington. Com isso, acompanhamos, por meio dessas pesquisas, como os líderes políticos, nos governos britânicos, na Casa Branca e no Congresso americano, no Kremlin soviético, na cúpula de dirigentes do KKE e no Parlamento Helênico, calculavam seus passos e tentavam

exercer influências ao mesmo tempo em que lidavam com as pressões de seus oponentes. Tratava-se, portanto, do que poderíamos chamar de *histórias vistas de cima*: a população grega de modo geral e o engajamento dos povos americano e britânico nos debates acerca do conflito eram mencionados de forma apenas secundária nessas pesquisas.

Como é de praxe em histórias de ênfase política e militar, tradicionalistas e revisionistas fundamentavam suas pesquisas em documentos diplomáticos, minutas de reuniões de gabinete e relatórios de forças armadas, dentre outras fontes do gênero. Essas duas perspectivas tendiam a enfatizar, dentro das questões políticas, a participação das potências na guerra civil. Tal ângulo era balizado pela questão da responsabilidade. Resumidamente, a grande questão a ser respondida era: a que governo e/ou força política deveria ser imputada a responsabilidade pelo desencadeamento da guerra civil? Em outras palavras: de quem seria a culpa pelo sofrimento do povo grego e quem deveria ser “absolvido?”

A maior diferença entre as duas linhas de análise está, como vimos, na resposta a essa questão. Nenhuma das tendências negam que a Grã-Bretanha interferiu na Grécia movida, ao menos em parte, pela necessidade de preservar interesses estratégicos em longo prazo, relacionados à continuidade da hegemonia do Império Britânico. No entanto, os tradicionalistas consideram as ações britânicas fundamentalmente benévolas, por imperfeitas que fossem, e justificadas diante da verve autoritária do KKE, que teria um plano de derrubar violentamente o governo de Atenas e estabelecer uma ditadura bolchevique na nação helênica. Por outro lado, os revisionistas criticam as influências de Londres com base na tese de que a guerrilha seria uma expressão legítima de vontade popular; os britânicos estariam, portanto, negando aos gregos o direito à autodeterminação.

Fica claro que as pesquisas tradicionalistas e revisionistas, colidentes em suas conclusões, tendem a ser afetadas por julgamentos morais e clara politização, o que nos leva a algumas considerações gerais sobre a disciplina histórica. No ofício do historiador, a busca pela objetividade deve ser problematizada (LE GOFF, 2014). Não só o fato histórico é reconstituído pelo pesquisador a partir de documentos que não são inocentes, como também não há separação completa entre o objeto do conhecimento e o sujeito que pretende construir o conhecimento, e nesse sentido devemos atentar para as relações entre passado e presente (SCHAFF, 1995; LE GOFF, 2014). O filósofo italiano Benedetto Croce (apud SCHAFF, 1995) defendia que a pesquisa histórica é, em maior ou menor medida, uma projeção do pensamento contemporâneo ao passado. Ao se lançar ao conhecimento, o historiador não consegue se depreender totalmente das questões

políticas, culturais e epistemológicas do tempo em que vive, e é inevitável que essas questões estejam presentes nos resultados de seus estudos, ainda que de forma implícita. Segundo Le Goff,

Sabemos agora que o passado depende parcialmente do presente. Toda história é contemporânea, na medida em que o passado é apreendido no presente e responde, portanto, a seus interesses, o que não só é inevitável como legítimo. Pois que a história é duração, o passado é ao mesmo tempo passado e presente. Compete ao historiador fazer um estudo “objetivo” do passado sob sua dupla forma. Comprometido na história, não atingirá certamente a verdadeira “objetividade”, mas nenhuma outra história é possível. (LE GOFF, 2014, p. 53)

As injunções do presente sobre as reflexões acerca do passado ficam particularmente evidentes em sociedades que passaram por traumas caracterizados pela violência entre seus membros, tais como as guerras e os governos autoritários. Analisando como as sociedades sul-americanas e europeias construíram representações das ditaduras e guerras de seu passado (os regimes civis-militares do Cone Sul, os regimes pró soviéticos da Europa Oriental e a Segunda Guerra Mundial), Bruno Groppo (2015) constata que nesses países é comum a elaboração de narrativas desprovidas de complexidades e contradições e organizadas de forma simplista em torno de categorias mobilizadas sem atenção a nuances, tais como vítimas, resistência, algozes e colaboradores.

Fenômeno semelhante pôde ser verificado no Brasil em 2014, quando transcorreram 50 anos do golpe de 1964. Naquela ocasião, Daniel Aarão Reis pontuou que “grande parte da sociedade brasileira preferiu demonizar a ditadura [...] e celebrar novos valores — democráticos [...]” (AARÃO REIS, 2014, p. 7), como se o país tivesse sido, “[...] pura e simplesmente, subjugado e reprimido por um regime ditatorial denunciado agora como uma espécie de força estranha e externa.” (AARÃO REIS, 2014, p. 7-8) De maneira que, em uma “[...] arquitetura simplificada, muitos se confortavam com raciocínios polarizados. Opressão e Liberdade. Ditadura e Democracia. Repressão e Resistência.” (AARÃO REIS, 2014, p. 8) Note-se que em 2018, apenas quatro anos após Aarão Reis publicar suas reflexões, o cenário era consideravelmente diferente: no contexto da ascensão de Bolsonaro à presidência da República, tornaram-se comuns — aceitáveis e desejáveis — as reinterpretações positivas da ditadura civil-militar.

As interpretações tradicionalista e revisionista da Guerra Civil Grega são ilustrativas dessas tendências verificadas no Brasil, nos demais países do Cone Sul e na Europa Oriental. Como nos exemplos citados acima, a memória social construída no pós-guerra civil grego — após a derrota da esquerda e em contextos de governo autoritários (1950-1967) e de uma ditadura escancarada (1967-1974) — primava pela representação de

uma sociedade supostamente agredida por hordas comunistas felizmente vencidas. Após a abertura democrática, e principalmente a partir da vitória dos socialistas em 1981, a narrativa dominante promoveu uma reabilitação das organizações EAM/ELAS. Em tons idealizados, as guerrilhas passariam a ser vistas como grupos heroicos que tentaram defender a Grécia das intervenções das potências estrangeiras e dos herdeiros da violenta monarquia de direita. Esses processos de memória contribuíram para a notoriedade da tendência historiográfica tradicionalista e, posteriormente, da vertente revisionista.

A maior diferenciação nas interpretações da Guerra Civil Grega está, de fato, não entre tradicionalistas e revisionistas, mas entre tradicionalistas e revisionistas de um lado e os chamados pós-revisionistas de outro. O deslocamento da história política para histórias tendentes ao social e ao cultural, o abarcamento de outros tipos de fontes — com destaque para as coletas de história oral —, as propostas de outros objetos e ângulos de pesquisa (a participação das mulheres na guerra, as tensões étnicas, as construções de memória, etc.) e a transferência para segundo plano da questão das responsabilidades devem muito à suavização das polarizações que marcavam a política grega até a década de 1990. O pós-revisionismo também é filho de seu tempo. Observe-se que, feitas as devidas abstrações referentes às especificidades temáticas, as propostas pós-revisionistas são válidas para qualquer estudo que pretenda respeitar as nuances próprias da disciplina histórica. Ainda assim, no que toca à guerra civil grega, essas perspectivas passaram a ser discutidas e defendidas amplamente cerca de cinco décadas depois do encerramento da guerra. Essa demora se explica, em âmbito local, pela conturbada história política da Grécia na segunda metade do século XX, que inviabilizou discussões acadêmicas sérias, e, em termos mais amplos, pelo contexto da Guerra Fria que eivou o debate internacional de binarismos motivados pela necessidade de fazer escolhas políticas e ideológicas bem delimitadas.

Bibliografia

AARÃO REIS, Daniel. *Ditadura e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

BEEVOR, Antony. *Creta: batalha e resistência na Segunda Guerra Mundial 1941-1945*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

CLOSE, David H. *Greece since 1945: politics, economy and society*. London: Routledge, 2002.

CLOGG, Richard. *História concisa da Grécia*. São Paulo: Edipro, 2017.

CLOGG, Richard. *Greek to me: a memoir of academic life*. London: I. B. Tauris, 2018.

GEROLYMATOS, André. *An international civil war: Greece, 1943-1949*. New Haven: Yale University Press, 2016.

GITLIN, Todd. Contra-insurreição: mito e realidade na Grécia. *In: HOROWITZ, David. Revolução e repressão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

GROPPO, Bruno. O mito da sociedade como vítima: as sociedades pós-ditatoriais em face de seu passado na Europa e na América Latina. *In: QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise (org.). História e memória das ditaduras do século XX*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015, p. 39-56.

HASSIOTIS, Loukianos. The Dekemvriana through the eyes of the British soldiers. *Journal of Modern Greek Studies*, Baltimore, v.33, n.2, p. 269-291, out 2015.

IATRIDES, John O. *Revolt in Athens: the greek communist "second round", 1944-1945*. Princeton: Princeton University Press, 1972.

IATRIDES, John O. Revolution or self-defense? Communist goals, strategy, and tacticts in the Greek civil war. *Journal of Cold War Studies*. v. 7, n. 3, p. 3-33, 2005.

JUDT, Tony. *Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

KALYVAS, Stathis, N. Red terror: leftist violence during the Occupation. *In: MAZOWER, Mark (org.). After war was over: family, nation and state in Greece, 1943-1960*. Princeton: Princeton University Press, 2000, p. 142-183.

KERSHAW, Ian. *De volta do inferno: Europa, 1914-1949*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

KOSOULAS, George. *Revolution and defeat: the story of the Greek Communist Party*. Oxford: Oxford University Press, 1965.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora Unicamp, 2013.

LOWE, Keith. *Continente selvagem: o caos na Europa depois da Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

MAZOWER, Mark (org.). *After war was over: family, nation and state in Greece, 1943-1960*. Princeton: Princeton University Press, 2000.

MAZOWER, Mark. *Dark continent: Europe's Twentieth Century*. New York: Vintage, 2000b.

MAZOWER, Mark. Introduction. *In: MAZOWER, Mark (org.). After war was over: family, nation and state in Greece, 1943-1960*. Princeton: Princeton University Press, 2000a.

MAZOWER, Mark. The Cold War and the appropriation of memory: Greece after liberation. *East European Politics and Societies*. v. 9, n. 2, p. 272-294, 1995.

RICHTER, Heinz. The Second Plenum of the Central Committee of the KKE and the decision of civil war: a reappraisal. *In: BAERENTZEN, Lars; IATRIDES, John O.; SMITH,*

Ole L. (org.). *Studies in the history of the Greek Civil War 1945-1949*. Copenhagen: Museum Tusulanum Press, 1987, p. 179-188.

SAKKAS, John. *Britain and the greek civil war 1944-1949: British imperialism, public opinion and the coming of the Cold War*. Berlin: Harrasowitz, 2013.

SAKKAS, John. *Old Interpretations and New Approaches in the Historiography of the Greek Civil War*. Sd. Disponível em: <https://aegean.academia.edu/JohnSakkas>. Acesso em: 20 jul. 2019

SCHAFF, Adam. *História e verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SIANI-DAVIES, Peter; KATSIKAS, Stefanos. National reconciliation after civil war: the case of Greece. *Journal of peace research*. v. 46, n. 4, p. 559-575, 2009.

STAVRIANOS, Leften. *Greece: american dilemma and opportunity*. Chicago: H. Regnery, 1952.

WOODHOUSE, C. M. *The struggle for Greece 1941-1949*. New York: Ivan R. Dee, 2002.